

GOVERNO FEDERAL

Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Data	Ato	Assunto
17/03/2020	Portaria MEC nº 343	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.
01/04/1990	Medida Provisória nº 934	Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
28/04/2020	Parecer CNE/CP Nº 5	Orientações para reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19
30/04/2020	Súmula do Parecer CNE/PC nº 5	Aprovação das Diretrizes propostas no Parecer nº5
18/08/2020	Lei Federal nº 14.040	Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.
02/10/2020	Portaria CCJSP nº 470	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância

LEGENDA:

MEC = Ministério da Educação

CNE = Conselho Nacional de Educação

CP = Conselho Pleno

CC = Casa Civil

J = Justiça

SP = Segurança Pública